

Relatório da Administração – 2023

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade" ou "Intervias") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas demonstrações contábeis não foram revisados pelos auditores independentes. Em observância às disposições constantes na Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFPs, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Anuais, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Destaques
Tráfego Pedagiado: A Sociedade alcançou uma ótima performance no exercício de 2023 com a evolução de 6,6% no comparativo com o exercício de 2022, totalizando 71,2 milhões de veículos equivalentes. **Receta de Pedágio:** A receita operacional bruta da Sociedade, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 736,0 milhões no exercício de 2023, com aumento de 19,7% em relação aos R\$ 614,8 milhões registrados no exercício de 2022.

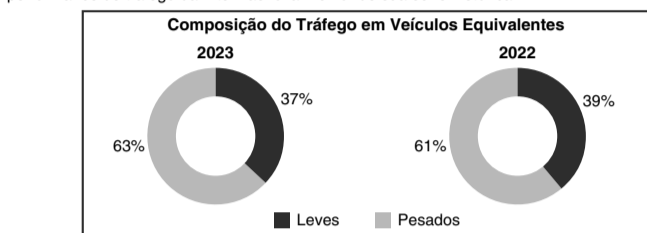
Investimentos: Durante o exercício de 2023, a Sociedade investiu cerca de R\$ 52,1 milhões com obras de implantação da terceira faixa na rodovia SP-191 no trecho do km 30+680 ao km 31+930 – pista leste, obras de conclusão da adequação do sistema de drenagem localizado no km 82+353 da SP-147 e com os serviços de manutenção e conservação da rodovia, foram realizadas também, obras de recuperação de pavimento de toda a malha rodoviária.

Evento Subsequente
Acordo Definitivo – Termo Aditivo e Modificativo Intervias: Em 10 de janeiro de 2024, conforme divulgado em Fato Relevante pela Companhia, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo (TAM nº 01/2024) entre a Intervias e o Governo do Estado de São Paulo, prorrogando o prazo de concessão da Intervias até o dia 31 de dezembro de 2039 encerrando as ações judiciais propostas pelo Poder Concedente e pela ARTESP para anulação dos Termos Aditivos e Modificativos celebrados em 2006 ("TAMs 2006") aos contratos de concessão da Intervias, Vianorte, Autovias e Centrovias e das ações judiciais propostas pelas Concessionárias com o objetivo de obter a declaração judicial da validade dos TAMs 2006.

Resultado Operacional
Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (Mil)	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Total	18.576	16.646	11,6%	71.218	66.782	6,6%

O volume do tráfego pedagiado no exercício de 2023 foi de 71,2 milhões de veículos equivalentes, apresentando um aumento de 6,6% quando comparado aos 66,8 milhões do exercício de 2022. A performance de tráfego da Intervias foi a melhor de sua série histórica.



Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Tarifa Média	9,58	9,21	4,0%	9,41	8,75	7,5%

A tarifa média da Sociedade passou de R\$ 8,75 no exercício de 2022 para R\$ 9,41 no exercício de 2023, representando um aumento de 7,5% em comparação ao exercício de 2022. Essa variação decorre do reajuste tarifário atrelado à inflação da concessionária. A data-base dos reajustes tarifários da Concessionária Intervias S.A., é o mês de julho do respectivo ano.

Resultado Financeiro
Receta Operacional

R\$ mil	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Receta Bruta	208.764	161.077	29,6%	735.954	614.836	19,7%
Recetas de pedágio	177.946	153.313	16,1%	670.248	584.477	17,7%
Recetas de Construção	27.233	4.421	516,0%	51.430	17.188	199,2%
Outras Recetas	3.585	3.343	7,2%	14.276	13.171	8,4%
Deduções	(15.567)	(13.398)	16,2%	(58.612)	(51.106)	14,7%
Receta Operacional Líquida	193.197	147.679	30,8%	677.342	563.730	20,2%

Receta de Pedágio: A receita de pedágio no exercício de 2023 foi de R\$ 670,2 milhões, um aumento de R\$ 85,8 milhões ou 12,7% em comparação ao exercício de 2022, impactado principalmente pelo acréscimo de tráfego e pelo reajuste tarifário apresentado.

Recetas de Construção: As receitas de obras totalizaram R\$ 51,4 milhões no exercício de 2023, apresentando um aumento de R\$ 34,2 milhões quando comparado ao exercício de 2022. Esse aumento decorre da maior realização de obras de investimentos na manutenção do pavimento que são realizadas de acordo com o cronograma de obras, como também, devido ao reflexo dos investimentos realizados e obras finalizadas, como a conclusão da obra Ampliação/Captação do Sistema de Drenagem da SP-147 km 82, pela obra de implantação da Terceira Faixa da SP-191 no trecho do km 30+680 ao km 31+930 – Pista Leste e outros itens da rodovia.

Outras Recetas: As receitas acessórias no exercício de 2023, oriundas da exploração da faixa de domínio, apresenta um aumento de R\$ 1,1 milhão ou 8,4% quando comparado ao exercício de 2022, justificada principalmente pelo reajuste contratual aplicado nos contratos da receita relacionada ao uso da faixa de domínio.

R\$ Mil	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Total	(83.044)	(54.460)	52,5%	(224.413)	(173.204)	29,6%

Os custos e despesas totais no exercício de 2023 (excluído depreciação e amortização) aumentaram R\$ 51,2 milhões ou 29,6% em comparação ao exercício de 2022, justificados pelos seguintes fatores: aumento nos custos operacionais dos serviços prestados em R\$ 3,2 milhões, é devido principalmente pelo aumento nas rubricas: (i) Pessoal (R\$ 0,9 milhão) devido ao efeito do reajuste salarial do dissídio, (ii) Serviço de Terceiro e Conservação da Rodovia (R\$ 0,6 milhão) em função ao reajuste pelo IPCA aplicado nos contratos de conserva de rotina, (iii) Seguros (R\$ 0,4 milhão) referente ao aumento do seguro garantia operacional com o poder concedente contratado no exercício e (iv) Ônus Variável (R\$ 1,6 milhões) reflete a variação observada na receita, pelo aumento no tráfego pedagiado, compensados com menores custos na rubrica de Transportes (R\$ 0,3 milhão) devido a variação no preço do combustível no exercício; aumento dos custos de serviços de construção de R\$ 34,2 milhões na comparação ao exercício de 2022, as variações são devidas a maior realização de obras de investimentos na manutenção do pavimento que são realizadas de acordo com o cronograma de obras, como também, devido ao reflexo dos investimentos realizados e obras finalizadas no final de 2022 como a conclusão da obra Ampliação/Captação do Sistema de Drenagem da SP-147 km 82, pela obra de implantação da Terceira Faixa da SP-191 no trecho do km 30+680 ao km 31+930 – Pista Leste e outros itens da rodovia; aumento nas despesas administrativas em R\$ 20,8 milhões, devido principalmente pela variação observada na rubrica de contingências atreladas às provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios se comparado ao exercício de 2022; redução na provisão para manutenção em rodovia de R\$ 7,0 milhões, devido a readequação do cronograma das intervenções.

R\$ mil	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Resultado Líquido	54.852	40.816	34,4%	221.874	175.780	26,2%
(+) Depreciação e Amortização	26.244	24.650	6,5%	102.022	96.468	5,8%
(+) Resultado Financeiro	1.781	8.383	-78,8%	22.359	37.267	-40,0%
(+) IR e CSLL	22.276	19.370	40,8%	106.674	81.011	31,7%
EBITDA ¹	110.153	93.219	18,2%	452.929	390.526	16,0%
Margem EBITDA ²	66,4%	65,1%	1,3 p.p.	72,4%	71,5%	0,9 p.p.
(+) Provisão para Manut. de Rodovias	12.254	20.666	-40,7%	43.474	50.427	-13,8%
EBITDA Ajustada ³	122.407	113.885	7,5%	496.403	440.953	12,6%
Margem EBITDA Ajustada	73,8%	79,5%	-5,7 p.p.	79,3%	80,7%	-1,4 p.p.

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias; ² Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras; ³ Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA no exercício de 2023 apresentou um aumento de 16,0% em comparação ao exercício de 2022. A melhora no EBITDA apresentadas no exercício de 2023, é reflexo do aumento das receitas de pedágio, compensado por maiores custos de serviços prestados, despesas administrativas, e redução nos custos com provisão para manutenção em rodovias. O EBITDA ajustado do exercício de 2023 houve um acréscimo de 12,6% se comparado ao exercício de 2022. São reflexos do aumento da receita de pedágio observado.

Resultado Financeiro

A Sociedade obteve no exercício de 2023 um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 22,4 milhões, apresentando uma melhora de 40,0% no resultado em relação ao exercício de 2022. As principais variações foram: redução de R\$6,1 milhões nas receitas financeiras, em comparação ao exercício de 2022, com essa variação decorrendo, principalmente, do recebimento do saldo de principal e juros do contrato da 10ª emissão 1ª e 2ª tranche de debêntures privada celebrada com a Arteris, em contrapartida, houve maiores receitas financeiras relativas ao reconhecimento dos juros referente aos demais contratos de debêntures privadas celebrados com a Arteris, pela variação positiva dos indicadores financeiros IPCA e CDI, como também, das aplicações financeiras. As despesas financeiras apresentaram uma redução de R\$ 21,1 milhões em comparação ao exercício de 2022, essa redução é justificada principalmente pelo pagamento de juros relativos a 5ª emissão 2ª, 3ª e 4ª série, 7ª emissão série única e 8ª emissão série única de debêntures públicas, e também pela amortização do principal relativo a 5ª emissão 2ª série e 7ª emissão série única realizados no exercício, compensados pela variação dos indicadores como IPCA e CDI, dos quais os contratos das debêntures públicas estão atrelados e com isso impactam no aumento das despesas com juros.

Resultado Líquido: A Sociedade obteve lucro de R\$ 221,9 milhões no exercício de 2023, apresentando um aumento de 26,2% quando comparado ao exercício de 2022, sendo os principais fatores, a melhora no EBITDA impulsionado por maiores receitas de pedágio, pelo aumento nos custos dos serviços prestados (excluído depreciação e amortização).

Endividamento

R\$ mil	4T23	4T22	Δ%
Dívida Bruta	1.104.045	1.333.694	17,2%
Curto Prazo	378.204	256.450	47,5%
Longo Prazo	725.841	1.077.244	-32,6%
Posição de Caixa	75.361	138.742	-45,7%
Caixa e equivalentes de caixa	75.091	89.020	-15,6%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	270	49.722	-99,5%
Dívida Líquida	1.028.684	1.194.952	-13,9%

¹ Curto e Longo Prazo

A Sociedade encerrou o exercício de 2023 com um endividamento bruto de R\$ 1,1 bilhão, apresentando uma redução de 17,2% em comparação com o exercício de 2022. A redução é devida pelos pagamentos de principal e juros dos contratos da 5ª emissão 2ª, 3ª e 4ª séries, e dos contratos da 7ª emissão série única e 8ª emissão série única de debêntures públicas realizados no exercício, além das variações nos índices financeiros atrelados às dívidas. O endividamento líquido da Sociedade o exercício de 2023 com um endividamento bruto de R\$ 1,0 bilhão, apresentando uma redução de 13,9% em comparação com o exercício de 2022, em função da redução do saldo das aplicações financeiras, e em contrapartida, ocorreram os pagamentos dos contratos de debêntures pública mencionados anteriormente.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais – R\$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	75.091	89.020
Aplicações financeiras	5	270	49.722
Contas a receber	6	38.180	33.674
Contas a receber – partes relacionadas	14	1.358	1.327
Despesas antecipadas		1.943	1.694
Impostos a recuperar		180	454
Adiantamentos a fornecedor		-	3
Outros créditos		1.662	1.063
Total do ativo circulante		118.684	176.957
Não Circulante			
Impostos a recuperar		70.093	53.491
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	14	950.093	923.962
Despesas antecipadas		594	419
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	2.225	-
Depósitos judiciais	14	69	116
Outras contas a receber	6	43	49
Realizável a longo prazo		1.023.117	978.037
Direito de uso	8	29.937	33.151
Imobilizável	9	6.783	5.163
Intangível	10	437.436	490.111
Infraestrutura em construção	10	11.979	2.331
		486.135	530.756
Total do ativo não circulante		1.509.252	1.508.793
Total do ativo		1.627.936	1.685.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Debêntures	11	378.204	256.450
Fornecedores	12	23.180	13.943
Arrendamento mercantil a pagar	13	3.260	3.966
Obrigações sociais		7.283	7.039
Obrigações fiscais	16	9.087	6.549
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	29.142	17.030
Contas a pagar – partes relacionadas	14	7.855	3.921
Cauções contratuais	12	5.808	5.601
Dividendos obrigatórios	23	51.065	-
Cretores pela concessão	17	1.145	1.006
Provisão para manutenção em rodovias	18	74	113
Juros sobre o capital próprio	14 e 23	21.326	6.353
Outras contas a pagar		898	2.526
Total do passivo circulante		538.327	324.497
Não circulante			
Debêntures	11	725.841	1.077.244
Arrendamento mercantil a pagar	13	29.564	31.314
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	18	13.492	2.550
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	2.626
Total do passivo não circulante		768.897	1.113.734
Patrimônio líquido			
Capital social	20	129.625	129.625
Reserva legal	20	25.925	25.925
Dividendo adicional proposto	20	165.162	91.969
Total do patrimônio líquido		320.712	247.519
Total do passivo e patrimônio líquido		1.627.936	1.685.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Capital Social Integrado	Reserva de lucros Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		129.625	25.925	191.840	-	347.390
Lucro líquido do exercício		-	-	-	175.780	175.780
Destinações do resultado líquido:						
Dividendos distribuídos		-	-	(191.840)	-	(191.840)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(17.816)	(17.816)
Dividendo distribuído antecipadamente		-	-	-	(65.995)	(65.995)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	91.969	(91.969)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		129.625	25.925	91.969	221.874	449.393
Lucro líquido do exercício		-	-	-	221.874	221.874
Destinações do resultado líquido:						
Dividendos distribuídos		-	-	(80.000)	-	(80.000)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(17.616)	(17.616)
Dividendos propostos		-	-	-	(51.065)	(51.065)
Dividendos adicionais propostos		-	-	153.193	(153.193)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		129.625	25.925	165.162	320.712	641.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Valores Adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Recetas			
Receta de serviços prestados	20	670.248	584.477
Receta de serviços de construção	20	51.431	17.188
Outras receitas		15.008	13.816
		736.687	615.481
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo dos serviços prestados		(26.771)	(26.275)
Custo dos serviços de construção	21	(51.431)	(17.188)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(16.202)	(15.696)
Custo da concessão		(16.958)	(14.953)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	21	(43.474)	(50.427)
Outros		(22.810)	(8.047)
		(177.646)	(132.586)
Valor Adicionado Bruto		559.041	482.895
Depreciações e Amortizações		(102.022)	(96.468)
Valor Adicionado Líquido Produzido		457.019	386.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade" ou "Intervias") é uma Sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 – Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 – Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 – Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 – Rodovia Wilson Finardi; SP215 – Rodovia Doutor Paulo Luro; SP330 – Rodovia Anhanguera e SP352 – Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços deleg

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$13.545 (R\$34.528 em 31 de dezembro de 2022) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$402 (R\$264 em 31 de dezembro de 2022) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas conforme descrito no subitem "Momento de reconhecimento do ativo intangível" da nota explicativa nº 3. A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviço adequado durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos adicionais das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias. **Termo Aditivo Modificativo ("TAM") Preliminar nº 03/2022:** Em 20 de setembro de 2022, foi celebrado entre a Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente", e se em conjunto com a Concessionária, "Partes"), com a intervenção e anuência da Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, o Acordo-Preliminar conforme Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") Preliminar nº 03/2022. O Acordo-Preliminar tem como objetivo estabelecer as premissas para a celebração de um novo e subsequente TAM da Intervias, "TAM Definitivo", que terá por finalidade o encerramento das discussões judiciais a respeito da anulação dos TAMs firmados em 2006 e o equacionamento de passivos e ativos regulatórios envolvendo as concessionárias Intervias, Vianorte S.A., Autovias S.A. e Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., sendo que os contratos de concessão dessas três últimas já foram encerrados em 2018, 2019 e 2020, respectivamente. O Acordo previa sua operacionalização em duas etapas, quais sejam: (i) na primeira etapa, o Acordo Preliminar, que ora se celebra; e (ii) na segunda etapa será celebrado o TAM Definitivo, segundo os cálculos realizados pela ARTESP e premissas definidas no acordo preliminar. Com a assinatura do TAM Definitivo serão equacionados, permanentemente, todos os créditos reconhecidos entre Poder Concedente e as concessionárias que foram elencados no Acordo. A Sociedade avaliou aspectos contábeis relacionados ao TAM Preliminar nº 03/2022 e não identificou necessidade de ajustes nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O Acordo foi assinado em 10 de janeiro de 2024 e os valores estão acordados entre as partes conforme mencionado na nota explicativa nº 29. A Administração da Sociedade segue avaliando esse tema e manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas ao Acordo Definitivo.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC"). Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2024. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: (i) Julgamentos: **Contabilização do contrato de concessão:** Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão:** A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente da concessão. (ii) Estimativas: **Determinação das receitas de construção:** De acordo com o CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico. **Percentage of Completion – POC:** Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. **Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparos e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios:** A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, fiscais, regulatórios e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18. **Imposto diferido:** O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7. **Redução ao valor recuperável (Impairment):** Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. Políticas contábeis materiais – Novas políticas contábeis materiais adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023: i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: A Sociedade adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. A administração avaliou os possíveis impactos dessa política, e não há impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade. ii) Imposto mínimo complementar global: A Sociedade adotou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2023 em qualquer jurisdição em que a Sociedade opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade. iii) Informação de políticas contábeis materiais: A Sociedade também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", ao invés de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações contábeis. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa nº 4. Políticas contábeis materiais (2022: Principais práticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **4.1. Contrato de concessão de serviços:** A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1. Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidas no contrato de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2. Ativos intangíveis:** A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3. Instrumentos financeiros: 4.3.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.3.2. Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: a) **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais

geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. b) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4. Arrendamento mercantil:** No início de um contrato, a Sociedade avalia se o mesmo é ou contém um arrendamento. Portanto é, ou contém um arrendamento, quando transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária:** Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o risco do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em espécie. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamentos resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em espécie. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo:** A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6. Outros ativos intangíveis: Reconhecimento e mensuração:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, direito de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa nº 10. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflete, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que o valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Impostos correntes:** A Sociedade determinou que o imposto mínimo complementar global – que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois – é um imposto de renda no escopo do CPC 32. A Sociedade aplicou a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabilizou como um imposto corrente quando incorrido. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao título sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Provisão para investimentos:** Provisão para investimentos representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontado por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **Provisão para manutenção:** Provisão para manutenção representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das

b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo		Imposto de renda e contribuição social diferido passivo		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Não circulante						
Diferenças temporárias ativas						
Provisão de participação nos lucros	2.361	–	–	–	2.361	–
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (a)	13.942	–	–	–	2.550	13.942
Outras provisões	351	–	–	–	671	351
Provisão para manutenção de rodovias	74	–	–	–	113	74
Arrendamentos	2.888	–	–	–	2.129	2.888
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	19.166	–	–	–	7.991	19.166
Alíquota nominal	–	34%	–	34%	–	34%
Total	6.516				2.717	6.516
Diferenças temporárias passivas						
Direito de concessão incorporado (b)	(5.350)	–	–	(6.661)	(5.350)	(6.661)
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(23.317)	–	–	(23.317)	(23.317)	(23.317)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	16.046	–	–	14.264	16.046	14.264
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(12.621)			(15.714)	(12.621)	(15.714)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Total	(4.291)			(5.343)	(4.291)	(5.343)
Total do imposto de renda e contribuição social	2.225			(2.626)	2.225	(2.626)

concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios:** A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12. Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14. Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.15. Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas:** As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras vinculadas possuem tal característica devido ao cumprimento de obrigações contratuais exigíveis contemplando as modalidades de debêntures e BNDES. No que se trata de mensuração, ambas são registradas pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.16. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos conforme diretrizes de passivos financeiros, sendo seus custos de transações incorridos deduzidos do principal e suas atualizações de juros conforme taxas estipuladas em cada contrato de acordo com o mencionado em notas explicativas correlatas. As debêntures são mensuradas ao valor justo através do resultado, representando o forma fidedigna os montantes que seriam pagos em caso de aquisição na data do exercício findo. **4.17. Capital Social:** O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. **4.18. Partes relacionadas, dividendos e juros sobre o capital próprio:** As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes à juros sobre mútuo entre as partes, despesas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins de execução do plano de investimentos do Grupo Arteris. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que, têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme divulgado na nota explicativa nº 19. **4.19. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD). O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas Demonstrações Contábeis. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma PECLD é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a PECLD no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões. **4.20. Contas a pagar:** O contas a pagar é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo dada a não relevância do impacto nas demonstrações contábeis. **4.21. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis. a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26): As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota explicativa nº 11, a Sociedade tem um empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Sociedade liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Sociedade está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40): As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações contábeis a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. A Sociedade não espera que ocorra impactos significativos. c) Outras normas contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade: • Passivo de arrend

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentos de resultados representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de participação nos lucros	(167)	289
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (a)	10.942	907
Direito de concessão incorporado (b)	1.311	1.310
Outras provisões/(reversões)	(320)	(661)
Provisão para manutenção de rodovias	(99)	(1.527)
Arrendamentos	759	1.086
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	1.782	1.782
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	14.268	3.186
Alíquota nominal	34%	34%
Total	4.851	1.083
Total do imposto de renda e contribuição social	4.851	1.083

(a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do seu Livro de Auração do Lucro Real – LALUR. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente, e pelo prazo da concessão contabilmente.

8. Direito de Uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2022	9.574	1.104	267	1.855	314	27.317	40.431
Remensurações	–	191	–	–	–	1.339	1.530
Transferências/reclassificações	215	(215)	750	(488)	(259)	(3)	(208)
Baixas	–	–	–	(208)	–	–	(208)
Saldo em 31/12/2023	9.789	1.080	1.017	1.159	55	28.653	41.753
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2022	(3.727)	(424)	(145)	(581)	(271)	(2.132)	(7.280)
Amortização	(2.563)	(366)	(254)	(363)	(30)	(1.168)	(4.744)
Transferências/reclassificações	550	–	(510)	(301)	259	2	–
Baixas	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2023	(5.740)	(790)	(909)	(1.037)	(42)	(3.298)	(11.816)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2022	5.847	680	122	1.274	43	25.185	33.151
Saldo em 31/12/2023	4.049	290	108	122	13	25.355	29.937
Taxas de depreciação – a.a.	26%	34%	25%	27%	55%	4%	–

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2021	9.229	1.008	185	291	259	25.701	36.673
Remensurações	345	96	26	199	–	1.484	2.150
Adições	–	–	91	1.728	55	159	2.033
Baixas	–	–	(35)	(363)	–	(27)	(425)
Saldo em 31/12/2022	9.574	1.104	267	1.855	314	27.317	40.431
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2021	(1.833)	(84)	(125)	(278)	(259)	(1.071)	(3.650)
Amortização	(1.894)	(340)	(55)	(666)	(12)	(1.088)	(4.055)
Baixas	–	–	35	363	–	27	425
Saldo em 31/12/2022	(3.727)	(424)	(145)	(581)	(271)	(2.132)	(7.280)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2021	7.396	924	60	13	–	24.630	33.023
Saldo em 31/12/2022	5.847	680	122	1.274	43	25.185	33.151
Taxas de depreciação – a.a.	39%	38%	54%	31%	86%	8%	–

(a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia; (b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar; (c) Refere-se à locação de veículos administrativos; (d) Refere-se à locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias; (e) Refere-se à locação de computadores e impressoras; (f) Refere-se à locação de sede administrativas e terrenos.

9. Imobilizado em Operação – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
Custo do imobilizado						
Saldo em 31/12/2022	1.985	7.583	–	703	2.849	13.120
Adições	11	1.073	1.144	357	463	3.048
Saldo em 31/12/2023	1.996	8.656	1.144	1.060	3.312	16.168
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2022	(1.236)	(5.311)	–	(101)	(1.309)	(7.957)
Depreciação	(40)	(671)	(89)	(253)	(375)	(1.428)
Saldo em 31/12/2023	(1.276)	(5.982)	(89)	(354)	(1.684)	(9.385)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2022	749	2.272	–	602	1.540	5.163
Saldo em 31/12/2023	720	2.674	1.055	706	1.628	6.783
Taxas de depreciação – a.a.	10%	19%	21%	18%	14%	–

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
Custo do imobilizado						
Saldo em 31/12/2021	1.960	6.382	–	310	2.680	11.332
Adições	15	1.202	–	393	181	1.791
Transferências/reclassificações	10	2	–	–	(12)	–
Alienações/baixas	–	(3)	–	–	–	(3)
Saldo em 31/12/2022	1.985	7.583	–	703	2.849	13.120
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2021	(1.191)	(4.888)	–	(29)	(897)	(7.005)
Depreciação	(45)	(426)	–	(72)	(412)	(955)
Alienações/baixas	–	3	–	–	–	3
Saldo em 31/12/2022	(1.236)	(5.311)	–	(101)	(1.309)	(7.957)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2021	769	1.494	–	281	1.783	4.327
Saldo em 31/12/2022	749	2.272	–	602	1.540	5.163
Taxas de depreciação	10%	19%	–	17%	14%	–

10. Intangível e Infraestrutura em Construção – A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Total do intangível	Infraestrutura em construção (d)	Total
Custo do intangível							
Saldo em 31/12/2022	1.274.314	28.434	60.152	5.566	1.368.466	2.331	1.370.797
Adições	36.507	–	–	1.435	37.942	14.923	52.865
Transferências/reclassificações	–	–	–	–	–	(5.275)	–
Alienações/baixas	(180)	–	–	–	(180)	–	(180)
Saldo em 31/12/2023	1.315.916	28.434	60.152	7.001	1.411.503	11.979	1.423.482
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2022	(801.233)	(22.490)	(51.653)	(2.979)	(878.355)	–	(878.355)
Amortização	(91.222)	(1.115)	(2.433)	(1.080)	(95.850)	–	(95.850)
Alienações/baixas	138	–	–	–	138	–	138
Saldo em 31/12/2023	(892.317)	(23.605)	(54.086)	(4.059)	(974.067)	–	(974.067)
Intangível líquido							
Saldo em 31/12/2022	473.081	5.944	8.499	2.587	490.111	2.331	492.442
Saldo em 31/12/2023	423.599	4.829	6.066	2.942	437.436	11.979	449.415
Taxas de amortização – a.a. (e)	7%	4%	5%	14%	–	0%	–

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arcação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão. (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 17. (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Sociedade.

Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão. (d) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais naturezas as obras de adequação do sistema de drenagem do km 82-353 da SP-147, implantação de terceira faixa na rodovia SP-191 no trecho do km 30-660 ao km 31+930 – Planta Leslie, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arcação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. (e) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados. **Teste de recuperabilidade de ativos (Impairment):** A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de *impairment* da Sociedade e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de *impairment*.

11. Debêntures – A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade – Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
5ª emissão – 2ª Série	191.177	CDI+0,90% a.a.	mai-23	–	97.264
5ª emissão – 3ª Série	282.813	CDI+1,35% a.a.	mai-25	287.107	287.935
5ª emissão – 4ª Série	126.010	IPCA+6,78% a.a.	mai-25	172.058	164.564
7ª emissão – Série única	400.000	CDI+0,69% a.a.	set-24	137.621	276.252
8ª emissão – Série única	500.000	CDI+1,66% a.a.	mai-26	509.364	511.008
				1.106.150	1.337.023
Custo de transação				(2.105)	(3.329)
Total	1.104.045			1.103.994	1.333.694
Circulante	378.204			256.450	–
Não circulante	725.841			1.077.244	–
Total	1.104.045			1.333.694	–

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	256.784	1.080.239	1.337.023	251.682	1.299.621	1.551.303
Juros e variações monetárias provisionados	159.375	7.475	166.850	179.770	8.648	188.418
Amortização de principal	(228.921)	–	(228.921)	(228.923)	–	(228.923)
Pagamento de juros	(168.802)	–	(168.802)	(173.775)	–	(173.775)
Transferências	360.946	(360.946)	–	228.030	(228.030)	–
Saldo em 31/12/2023	378.382	726.768	1.105.150	256.784	1.080.239	1.337.023
Custo de transação	(1.178)	(927)	(2.105)	(934)	(2.995)	(3.329)
Saldo final	378.204	725.841	1.104.045	256.450	1.077.244	1.333.694

As debêntures não conversíveis em ações foram inscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e a efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
5ª emissão – 2ª Série	15/05/2018	191.177	1	15/05/2018	191.177
5ª emissão – 3ª Série	15/05/2018	282.813	1	15/05/2018	282.813
5ª emissão – 4ª Série	15/05/2018	126.010	1	15/05/2018	126.010
7ª emissão – Série única	25/09/2019	400.000	1	25/09/2019	400.000
8ª emissão – Série única	07/05/2021	500.000	1	07/05/2021	500.000
		1.500.000			1.500.000

Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	2025	2026
	476.768	250.000
	726.768	–

As debêntures da 5ª, 7ª e 8ª Emissão da Sociedade não apresentam garantias. As escrituras de emissão da 5ª, 7ª e 8ª emissão de debêntures da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo: (a) Apresentar trimestralmente, índice de alavancagem menor ou igual a 3,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Divida Líquida}}{\text{(EBITDA Ajustado - Ônus fixo pago)}}$$

Onde: (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos e debêntures menos todas as disponibilidades de caixa; (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais (*); (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais (*); e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice; (iii) Ônus Fixo Pago = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo; (b) Apresentar trimestralmente, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{FCAO}}{\text{Dívida Curto Prazo}}$$

Onde: (i) Disponibilidades = saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras; (ii) FCAO = Fluxo de Caixa de Atividade Operacionais apresentado no fluxo de caixa indireto da Emissora dos últimos 12 (doze) meses; (iii) Dívida Curto Prazo = soma de todos os saldos dos empréstimos e debêntures (vencida nos 12 (doze) meses subsequentes ao período de ap

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Manutenção em rodovia	
	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2022	113	113
Adições/Reversões	43.474	43.474
Utilizações	(43.518)	(43.518)
Ajuste a valor presente	5	5
Saldo em 31/12/2023	74	74

	Manutenção em rodovia	
	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2021	1.640	1.640
Adições/Reversões	50.427	50.427
Utilizações	(52.021)	(52.021)
Ajuste a valor presente	67	67
Saldo em 31/12/2022	113	113

Em relação ao período de 95 meses adicionado ao contrato de concessão da Intervias através do TAM nº 14/06, os investimentos e manutenções para tal período ainda dependem de definição e aprovação da ARTESP. A Sociedade estima que obterá essa definição e aprovação no decorrer do exercício a partir de 31 de dezembro de 2024 por meio do acordo firmado com o poder concedente mencionado na nota explicativa nº 29. Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referentes às manutenções realizadas foram de R\$50.563 (R\$47.960 em 31 de dezembro de 2022).

19. Patrimônio Líquido – Capital social: O capital social suscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$129.625, composto por 4.763.110 ações ordinárias e sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Reserva legal:** A Sociedade segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas do lucro líquido, limitando-se a 20% do capital social integralizado. **Reserva e Retenção de lucros:** O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade realizou o pagamento de R\$80.000 referente ao dividendo adicional proposto do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo R\$40.800 pagos à Arteris e R\$39.200 para Arteris Participações, e distribuiu o montante de R\$51.065 de dividendos propostos. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. **Juros sobre o capital próprio:** Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre o capital próprio é devido o imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade distribuiu dividendos antecipados sob a forma de juros sobre o capital próprio, o qual incide imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, conforme segue:

Aprovação	Período	Pagamento	Valor Bruto	Valor IR (15%)	Valor Líquido
AGE	1º Trimestre	(*)	4.440	666	3.774
AGE	2º Trimestre	(*)	3.662	549	3.113
AGE	3º Trimestre	(*)	4.365	655	3.710
AGE	4º Trimestre	(*)	5.149	773	4.376
			17.616	2.643	14.973

(*) Saldos líquidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ainda não pagos no montante de R\$14.973 (R\$6.353 em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrado nas notas explicativas nº 14 e 23.

20. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços prestados	670.248	584.477
Receita de serviços de construção	51.431	17.188
Outras receitas	14.276	13.171
Receita bruta	735.955	614.836
ISSQN	(33.535)	(29.236)
PIS	(4.449)	(3.884)
COFINS	(20.533)	(17.928)
Outras deduções	(95)	(58)
Receita líquida	677.343	563.730

21. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Custos:		
Com pessoal	(25.474)	(24.534)
Serviços de terceiros	(10.076)	(9.501)
Conservação	(18.835)	(18.817)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.280)	(1.271)
Consumo	(2.268)	(2.451)
Transportes	(4.675)	(4.931)
Seguros/Garantias	(3.381)	(2.944)
Ônus variável	(13.577)	(12.009)
Provisão de manutenção em rodovias	(43.474)	(50.427)
Custos de serviços da construção	(51.431)	(17.188)
Depreciação/Amortização	(97.607)	(93.031)
Amortização da Outorga	(1.114)	(1.114)
Outros	(167)	(97)
Total	(271.359)	(236.315)

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(21.865)	(16.472)
Serviços de terceiros	(3.776)	(3.128)
Manutenção de bens e conservação	(2.492)	(2.362)
Consumo	(1.237)	(1.372)
Transportes	(168)	(87)
Seguros/Garantias	(20)	(47)
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(20.700)	(5.804)
Comunicação e marketing	(544)	(416)
Indenizações à terceiros	(362)	(378)
Publicações legais	(167)	(169)
Depreciação/Amortização	(3.301)	(2.323)
Outros	(1.177)	(1.444)
Total	(55.809)	(34.002)

22. Resultado Financeiro – Está representado por:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Juros ativos	138.978	120.759
Aplicações financeiras	12.208	37.033
Créditos fiscais	466	-
Atualização monetário – processos regulatórios	2	-
Outras receitas	-	10
Total	151.654	157.802

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(166.850)	(188.418)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(3.414)	(3.458)
Outras despesas	(3.749)	(3.193)
Total	(174.013)	(195.069)

(*) Encargos financeiros juros incorridos sobre os saldos a pagar das Debêntures de 5ª, 7ª e 8ª emissão durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Conselho de Administração	
Sergio Moniz Barreto Garcia Conselheiro	Flávia Lúcia Mattioli Tâmega Conselheira
Roberto Paolini Conselheiro	
Diretoria	
Alisson de Almeida Freire Diretor Presidente	Helvécio Tamm de Lima Filho Diretor Superintendente
Giane Luza Zimmer Freitas Diretora de Assuntos Regulatórios	Andre Glavina Bianchi Diretor de Engenharia
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira Diretor Financeiro	Alexandre Pscheidt 1SC 026.791/O-5 T° SP

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Reconhecimentos dos custos capitalizados no ativo da concessão:** Veja as notas explicativas 3(i), 4.1.2 e 10 das demonstrações contábeis. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade reconheceu adições no montante de R\$ 52.865 mil referente a infraestrutura em construção que estão sendo realizadas nas rodovias sob concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem como à natureza da política contábil relativa ao assunto que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **Como auditoria endoreceu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com melhorias ou ampliações de infraestrutura, realizadas pela Sociedade, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Testes documentais, em base amostral, nas adições relacionadas a infraestrutura em construção realizando a: (i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; e (ii) validações das medições realizadas de acordo com o andamento das obras junto com a área de engenharia. - Avaliação, com base em amostra, da

23. Demonstração dos Fluxos de Caixa – a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. b) Informações suplementares

	31/12/2023	31/12/2022
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (b)	52.865	18.064
Total das adições de imobilizado (a)	3.048	1.791
	55.913	19.855

	31/12/2023	31/12/2022
Aquisição (adições)	(55.913)	(19.855)
Fornecedores	9.998	2.156
Obrigações fiscais	1.636	195
Contas a pagar – partes relacionadas	-	(144)
Cauções contratuais	573	368
Realização manutenção em rodovias	(43.518)	(52.021)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível	(87.224)	(69.301)
Fluxo de caixa Imobilizado	(3.048)	(1.791)
Fluxo de caixa Intangível	(84.176)	(67.510)
Total dos Fluxos de caixa de Imobilizado e Intangível	(87.224)	(69.301)

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa: Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção.

	31/12/2023	31/12/2022
	(31.311)	(49.446)

Outras transações que não envolveram caixa: Juros sobre capital próprio propostos e não pagos

Dividendos propostos e não pagos	14.973	6.353
(a) Vide nota explicativa nº 9. (b) Vide nota explicativa nº 10.	51.065	-

24. Lucro por Ação – O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizadas para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	31/12/2023	31/12/2022
Básico/Diluído		
Lucro líquido do exercício	221.874	175.780
Número de ações durante exercício	4.763	4.763
Lucro por ação	46,58280	36,90530

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31/12/2023		31/12/2022	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	75.091	75.091	89.020	89.020
Aplicações financeiras	Nível 2	1	270	270	49.722	49.722
Contas a receber clientes	Nível 2	2	38.180	38.180	33.674	33.674
Contas a receber e outros recebíveis – partes relacionadas	Nível 2	2	1.358	1.358	1.327	1.327
Debêntures a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	950.093	950.093	923.962	923.962
Outros créditos	Nível 2	2	1.705	1.705	1.115	1.115
			1.066.697	1.066.697	1.098.820	1.098.820
Passivo						
Juros sobre capital próprio a pagar	Nível 2	2	14.973	14.973	6.353	6.353
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	14.208	14.208	3.921	3.921
Debêntures (a)	Nível 2	1	1.106.150	1.115.478	1.337.023	1.365.614
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	28.988	28.988	19.544	19.544
Dividendos propostos	Nível 2	2	51.065	51.065	-	-
Credores pela concessão	Nível 2	2	1.145	1.145	1.006	1.006
Outras contas a pagar	Nível 2	2	898	898	2.526	2.526
Arrendamento mercantil a pagar (b)	Nível 2	2	32.824	32.824	35.280	35.280
			1.250.251	1.259.579	1.405.653	1.434.244

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado; 2) Custo amortizado; a) Valor bruto; b) Não é escopo do CPC 48. **Mensuração a valor justo:** O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Técnicas de mensuração do valor justo:** A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis das debêntures privadas a receber com partes

Modalidade	Taxa de juros (*)	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais					
			Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	9,61%	32.824	32.824	1.009	2.251	3.082	1.206	25.276
Debêntures – CDI	13,24%	934.092	1.098.494	8.046	376.217	431.406	282.825	-
Debêntures – IPCA	11,76%	172.058	187.354	-	95.102	92.252	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	-	28.988	28.988	20.872	1.327	6.789	-	-
Contas a pagar – partes relacionadas	-	7.855	7.855	-	7.855	-	-	-
Cretores pela concessão	-	1.145	1.145	1.145	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	898	898	-	898	-	-	-
		1.177.860	1.357.558	31.072	483.650	533.529	284.031	25.276

(*) Média ponderada efetiva % a.a.

27. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo esta o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2023, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	42.812
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	297.957

(*) Por sinistro

relacionadas, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas do Grupo Arteris, considerando-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis. Já as debêntures tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: RXBHK-EP5CY-HT9BP-EJYRN

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ FRANCISCO JORGE ROSA FILHO (CPF 056.898.198-75) - FAROL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA (CNPJ 71.661.599/0001-52) em 28/02/2024 07:42 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/RXBHK-EP5CY-HT9BP-EJYRN>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate>